



Universidade
ESTADUAL DA PARAÍBA
Centro de Humanidades

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA**

EDUCAÇÃO NA CRECHE: Limites e Possibilidades

ANA PAULA GOMES DE SOUSA

**GUARABIRA – PB
2012**

ANA PAULA GOMES DE SOUSA

EDUCAÇÃO NA CRECHE: Limites e Possibilidades

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III – Guarabira, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia sob orientação da Professora Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira.

**GUARABIRA – PB
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S719e

Sousa, Ana Paula Gomes de

Educação na creche: limites e possibilidades / Ana Paula Gomes de Sousa. – Guarabira: UEPB, 2012.
23f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira”.

1. Educação 2. Criança 3. Infância I. Título.

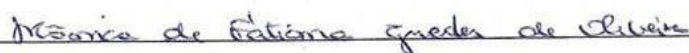
22.ed. CDD 372

ANA PAULA GOMES DE SOUSA

EDUCAÇÃO NA CRECHE: Limites e Possibilidades

Aprovada em 22 de junho de 2012

BANCA EXAMINADORA



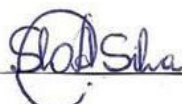
Profª. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

(Orientadora)



Profº Ms. José Otávio da Silva

(Examinador)



Profª. Ms. Silvânia Lúcia de Araújo Silva

(Examinadora)

GUARABIRA – PB

2012

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Edite Gomes de Sousa, que é minha grande incentivadora. Ao meu esposo, Edimilson Alves do Nascimento, pelo amor incondicional, apoio e incentivo em todos os momentos de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus, fonte de luz e sabedoria, por ter me permitido ingressar e concluir este curso.

A minha família pelo carinho e incentivo oferecido ao longo desta caminhada.

A minha orientadora, a Prof^a Monica de Fátima, que sempre me incentivou e nunca deixou que desistisse de concluir esse curso.

A minha amiga, Maria da Luz Santos de Lima, pelos conhecimentos que me foi transmitido.

O meu muito obrigada!

RESUMO

O propósito deste trabalho é trazer resultados advindos de bibliografias, a exemplo de, livros, documentários e artigos, que têm, em seu conteúdo, os conceitos de educação, em especial, a educação infantil, que nos últimos anos está sendo vista com interesses e finalidades concretas. Mediante a uma educação de qualidade que venha respeitar e valorizar as características próprias de cada criança é importante levar em consideração o educar e o cuidar, não de forma assistencialista, mas com o objetivo de compreender a criança pequena como sujeito capaz de construir sua história. O conceito de educação traz alguns princípios relevantes na construção de valores voltados para a valorização plena do ser humano. As instituições de ensino, como escolas, creches e pré-escolas, têm seu papel primordial na concretização de uma educação de qualidade, que deve ter sua base bem construída. A legislação brasileira traz um vínculo entre a educação básica e o atendimento às crianças. As creches e pré-escolas devem ter em seu currículo as determinações da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (Lei 9.394/96), que estabelece a educação infantil como a primeira etapa da educação básica. A experiência com crianças pequenas em creches e pré-escolas desperta interesses e curiosidades sobre dados e expectativas da educação na infância.

Palavras-Chaves: Educação, Criança e Infância.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to bring results made through bibliographies, like, books, documentaries and articles, which takes the concepts content of education, particularly early childhood education, which in recent years is being viewed with interest and purpose concrete. Through a quality education that will respect and value the characteristics of each child, it is important to consider the education and welfare so as not caring, but with the goal of understanding the young child as a subject able to build your history. O concept of education has some relevant principles in the construction of values aimed at full exploitation of human beings. Education institutions such as schools, kindergartens and preschools, has its role in achieving quality education, which must have its base well built. Brazilian law provides a link between basic education and care to children. As nurseries and pre-schools should have in your resume the determinations of the Law of Guidelines and Bases of National Education (Law 9.394/96) establishing early childhood education as the first stage of basic education. Experience with small children in daycare centers and preschools arouses interest and curiosity about data and expectations of early childhood education.

key Words: Education, Children and Childhood

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CONCEITUANDO EDUCAÇÃO.....	9
3. O PAPEL DAA ESCOLA NA SOCIEDADE.....	10
4. BREVE CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	11
5. A CRECHE E A PRÉ-ESCOLA: SUAS CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS.....	15
6. COMPARTILHANDO RELATOS.....	19
6.1. A caracterização da creche	19
6.2 As experiências.....	19
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
8. REFERÊNCIAS.....	22

1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem como título “EDUCAÇÃO NA CRECHE: Limites e Possibilidades”, cujo objetivo é mostrar dados sobre a educação na creche, na formação intelectual e cognitiva da criança e suas contribuições, preparando-as para o convívio em sociedade.

De início, será destacado o conceito de educação, como processo valioso e relevante na troca de conhecimentos indispensáveis na vida do ser humano, o papel da escola na sociedade, como instituição mediadora de valores entre o indivíduo, a aprendizagem e a sociedade, em seguida breves considerações sobre a educação infantil, suas transformações, avanços e retrocessos, apresentamos também as leis sobre a educação, suas contribuições para a prática e efetivação da educação nas creches e pré-escolas, concluindo o trabalho relatando experiências vividas como estagiárias na creche do CAIC em Guarabira-PB.

É nossa intenção envolver-se com a educação infantil e acreditar que podemos “colher os frutos” se a plantinha for regada com amor e dedicação. Assim, a educação infantil é a base e a iniciação de um longo processo de aprendizagem, e cabe aos profissionais, as instituições e os sistemas educacionais valorizar o ensino na creche e na pré-escola.

2. CONCEITUANDO EDUCAÇÃO

A compreensão sobre o conceito de educação tem sido um tema bastante debatido no mundo. A UNESCO, por exemplo, nos anos de 1990 criou a Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, como resultado desses debates ficou instituído que: a educação é concebida a partir de princípios que constituem os quatro pilares da educação, quais sejam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (UNESCO, 1999).

A aprendizagem como processo do conhecimento, cada vez mais, precisa ser aprimorada, em meio a tantas inovações da atualidade. Os Quatro Pilares da Educação tem como objetivo preparar, informar e humanizar cidadãos capazes de interferir e agir mediante as circunstâncias de sua existência como ser social.

As informações contidas nesses Pilares são dados indispensáveis para a formação cognitiva e social do ser humano (crianças, jovens e adultos). É acessível por meio da convivência qualificada pelo conhecimento, não só no meio educacional como também na sua trajetória como ser existencial.

Assim como podemos observar no Relatório Final da Conferência de Educação para Todos, realizada em Dacar (Senegal) em abril de 2000:

A educação enquanto um direito humano fundamental é a chave para um desenvolvimento sustentável, assim, como para assegurar a paz e a estabilidade dentro e entre países e, portanto um meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI (UNESCO, 2000, n.6)

Nesse processo tão valioso de Educação, é importante a troca de ideias e decisões, neste sentido a escola tem seu papel. Para Chervel devemos formar não somente indivíduos, mas também uma cultura que por sua vez deve penetrar moldar, modificar a cultura da sociedade global (1990, p. 184).

Diante dessa concepção, vale a pena ressaltar:

A escola, em sua forma atual surgiu com o nascimento da sociedade industrial e com a Constituição do Estado Nacional, para suplantando a educação que ocorria na família e na igreja (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI. 2003, p.170).

Nesta perspectiva, a escola surge com o crescimento do processo de industrialização do nosso país, como também para dar continuidade a educação que antes ocorria nos lares e instituições religiosas. A escola é o palco do conhecimento recíproco, trocas de ideias, valores e experiências de um grupo social, a família.

3. O PAPEL DA ESCOLA NA SOCIEDADE

Na atualidade, a escola apresenta-se com um discurso que a define como uma instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade, ao transmitir sua cultura, seus valores morais, seus modelos sociais e comportamentais, com o objetivo de permitir que a criança torne-se um cidadão humanizado.

Desse modo, construir uma escola igualitária em nosso país é uma ação que precisa ser revista. No entanto, a qualidade da educação no Brasil teve desastrosas consequências desde a outorgação da nossa primeira Constituição em 1824, por D. Pedro I, que garantiu uma educação gratuita, mas não pode financiá-la, repassando a responsabilidade para as demais províncias do Brasil, até hoje, os poderes públicos querem se desresponsabilizar dessa obrigatoriedade.

O autor Georges Snyderes (1976) levanta uma ressalva esclarecedora sobre esta questão em relação à escola:

A escola não é o feudo da classe dominante; ela é terreno de luta entre a classe exploradora; ela é o terreno em que se defrontam as forças do progresso e as forças observadoras. O que lá se passa reflete a exploração. A escola é simultaneamente reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial e domesticação – mas também ameaça à ordem estabelecida e a possibilidade de libertação (105).

Diante dessa ressalva, podemos acrescentar que:

A escola contemporânea precisa voltar-se para as novas realidades, ligar-se ao mundo econômico, político, cultural, mas precisa ser um baluarte contra a exclusão social (LIBÂNEO, 2008, p. 51).

Refletindo sobre essa exclusão social, a escola, diante dessa situação, precisa ser uma entidade que venha a promover o acesso igualitário, onde o aluno tenha condições de participar do processo de aprendizagem e que tenha um ensino de qualidade, uma boa na estrutura escolar e professores qualificados.

O professor tem aí seu lugar, com o papel insubstituível de provimento das condições cognitivas e afetivas que ajudarão o aluno a atribuir significados às mensagens e informações recebidas das mídias, das multimídias e formas diversas de intervenção educativa urbana (LIBÂNEO, 2008, p. 52).

Para que haja um funcionamento e promoção da construção de valores, capacidades, autoconfiança e respeito mútuo. A escola depende de todo um processo organizacional, incluindo a participação dos membros internos da escola. Os profissionais que a compõe precisam entrar num consenso e discutir em conjunto ideais e concepções produtivas, conhecer e compreender a realidade e seu corpo discente.

A organização e a forma de gestão dizem muito sobre o bom funcionamento da instituição e a implantação de um PPP (Projeto Político Pedagógico) voltado para o caráter dinâmico da vida escolar. Como diz Pênin e Vieira (2002), como “cidade” que escolhe múltiplos aprendizes, a escola é espaço de construção de relação que imprimem marcas naqueles que nela transitam.

Nessa expectativa, busca-se uma educação integral numa perspectiva humanista a fim de levar o indivíduo a ser senhor da sua própria vida de maneira equilibrada, realizada e harmônica. A escola tem como papel dar continuidade aos valores e experiências do aluno, fora da mesma; e tem como missão desenvolver o sentido da individualidade e da identidade do aluno.

A escola que forma para vida precisa ter em seu contexto educativo uma dinâmica de ensino, assimilação cultural e desenvolvimento de atitudes e valores. Isso acontece quando há uma participação coletiva no processo social. Não se pode falar em qualidade de educação se não há o foco principal, família e escola. A atuação da família do processo educativo da criança é primordial. De acordo com Ariés, (1981, p. 277):

Os pais que se preocupam com a educação de suas crianças merecem mais respeito do que aqueles que se contentam em pô-las no mundo. Eles lhes dão não apenas, mais uma vida boa e santa. Por esse motivo, esses pais tem razão em enviar seus filhos, desde a mais tenra idade ao mercado da verdadeira sabedoria [o colégio], onde eles se tornarão os artificies de sua própria fortuna.

4. BREVE CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL

Para compreender o surgimento da educação infantil é necessário fazer uma retrospectiva histórica relacionada à criança e infância buscando entender as transformações ocorridas e

levando em consideração que a infância nem sempre ocorre de forma que se pudesse usufruir o direito de viver essa fase como criança de verdade.

Durante muitas décadas, a criança foi esquecida no que se diz respeito a um ser social, membro da comunidade. Nos dias atuais, transformações e maneiras de pensar a infância está passando por transformações.

Na pré-história, as crianças eram consideradas adultas em miniaturas, o que as diferenciava dos mais velhos era o tamanho e as habilidades. Desde cedo, elas eram obrigadas a realizar atividades dos adultos.

Já na Idade Média (período que teve início na Europa no século V, até meados do século XV), considerava-se a infância como uma fase ignorada e que essa fase não viesse a trazer negatividade futuramente, almejavam que esse período infantil passasse rapidamente. Sendo a infância negada no período medieval, as crianças eram percebidas como insignificantes (...) (ARIEËS, 1981, p.33).

Na Idade Moderna (período histórico ocorrido entre os séculos XV e XVI, estendendo-se até o final do século XVIII), a criança era compreendida de maneira especial, a começar pelas famílias que passam a perceber a criança como alguém que necessita de cuidados especiais, respeito, e sobretudo, de uma educação e uma formação cognitiva e social.

Nesse período da modernidade, muitas crianças precisariam estar aptas a viver em sociedade, para isso, elas teriam que se separar de seus familiares e serem educadas para atender as exigências da sociedade moderna, em meios às transformações que esse período trouxe, surgiu também pesquisas e inovações na Psicologia e na Pedagogia.

Atualmente, na Idade Contemporânea, que tem seu início no século XIX, a concepção sobre criança tem uma nova visão, a infância é considerada como a fase mais importante para o ser humano é nesta fase que se percebe suas características, necessidades e condições de desenvolvimento.

Muitos autores contribuíram com a prática e teoria pedagógica com o objetivo de alcançar metas relevantes na construção do saber e da interação da criança. Dentre eles, pode-se destacar Jean Piaget (1896-1980) que acreditava que a criança é um ser em desenvolvimento ao construir seu conhecimento. Piaget especializou-se em Psicologia Evolutiva e também no estudo de Epistemologia Genética.

O crescimento da educação no Brasil tem ocorrido de maneira expansiva nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a seis anos.

A conjunção desses fatores ensejou um movimento da sociedade civil e de órgão governamentais para que o atendimento às crianças de zero a seis anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988.

É dever da família, da sociedade, e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Em relação a Lei Federal 8069/90, concretizando as conquistas dos direitos das crianças, Craidy (2001, p. 24) acrescenta:

O estatuto da Criança e do Adolescente, lei fed. 8.069/1990, também conhecida como ECA, explicitou melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento. Determinou ainda a criação de Conselhos das Crianças e dos Adolescentes Tutelares. Os primeiros devem traçar as diretrizes políticas e segundos devem zelar pelo respeito das crianças e dos adolescentes, entre os quais o direito à educação, que para as crianças pequenas inclui o direito a creche e pré-escolas.

A partir de então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da Criança (Artigo 208, Inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca também o direito da criança a este atendimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394, promulgada em Dezembro de 1996, estabelece de forma incisiva o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis anos e a educação.

No título III, do Direito à Educação e do Dever de Educar, art.4º, IV, afirma-se que: “O dever do Estado com a educação da escola pública será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento gratuito em creches e pré-escolas, crianças de zero a seis anos de idade”. Tanto

as creches para as crianças de zero a três anos como as pré-escolas, para as de quatro a seis anos, são consideradas como “instituições de educação infantil” a distinção entre ambas é feita apenas pelo critério de faixa etária.

Outras questões importantes para este nível de educação são tratadas na LDB, como as que se referem á formação dos profissionais, as relativas á educação especial e à avaliação.

Considerando a grande distância entre o que diz o texto legal e a realidade da educação infantil, a LDB dispõe no título IX, Das Disposições Transitórias, art. 89, que “As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino”. Para Oliveira (2002, p. 82):

Tal inclusão da creche no sistema de ensino requer investimentos em educação permanente e nas condições de trabalho de seus educadores. Requer ainda repensar o modelo internalizado pelos educadores sobre o que é uma instituição escolar para a faixa etária de 0 a 6 anos. Para muitos estes devem aproximar-se de um modelo antiquado, mas em muitos lugares ainda não ultrapassado de ensino fundamental com a presença de rituais [formatura, suspensão, lição de casa], longos períodos de imobilidade e de atenção a uma única fonte de estímulo. Mas a creche envolve novas concepções de espaço físico, nova organização de atividades e o repensar rotinas e, especialmente, modificar a relação educador-criança e a relação creche-família.

Podemos ver no título IV, que trata da organização da educação nacional, art.11, V, que:

Os Municípios incumbir-se-ão de: (...) oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e com prioridade o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção de desenvolvimento de ensino (LDB, 1996).

O resultado e surgimento da Lei de Diretrizes e Base, é fruto de lutas por se tratar da composição dos níveis escolares a qual inseriu a educação infantil como primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos, definindo, no título V, capítulo II, seção III, art.30, que a educação infantil será oferecida em: I- creches, ou entidades equivalentes, para crianças de 4 a 6 anos de idade” (LDB, 1996). A lei apresenta novas formas de conceber a educação de crianças pequenas, permitindo as instituições diferentes formas de organização e prática pedagógica.

A educação infantil no Brasil começa a ser percebida como um processo indispensável a vida da criança como um ser social pertencente e colaborador de sua história.

As crianças, de hoje, são vistas como cidadãos de direitos. Apesar de que muitas delas ainda sofrem maus tratos, abusos sexuais e exploração do trabalho infantil. Isso se deve a falta de compromisso dos poderes públicos com a igualdade social do nosso Brasil.

5. A CRECHE E A PRÉ-ESCOLA: SUAS CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS

As instituições de atendimento às crianças pequenas surgem com o objetivo de suprir as necessidades de cuidados assistencialistas e não pedagógicas.

Em meados do século XIX, ocorrendo aqui no Brasil a abolição da escravidão e o processo para a proclamação da república, contribuíram de certa forma com o surgimento das instituições. No período Colonial, a educação infantil já existia só que era restrita ao âmbito privado, ela ocorria nas casas ou nas igrejas e conventos, só a burguesia usufruía desse direito.

Com a abolição da escravidão, muitas crianças eram abandonadas, como também as que eram bastardas ou órfãs. Eram deixadas nas “rodas de expostos”. Aquino (2001, p. 13) ressalta que:

A roda dos expostos, como assistência caritativa, era, pois, missionária. A primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada era de providenciar o batismo, salvando a alma da criança, a menos que trouxesse consigo um bilhete – o que era muito comum – que informava a rodeira de que o bebê já estava batizado. No caso de dúvida dos responsáveis pela instituição, a criança era novamente batizada. Mas o fenômeno de abandonar os filhos é tão antigo como a história da colonização brasileira, só que antes da roda, as crianças eram abandonadas e supostamente assistidas pelas municipalidades, ou pela compaixão de quem as encontrava.

Essas “rodas” (cilindros ocos de madeira, giratórios), eram construídos em muros de igrejas ou hospitais de caridades, o anonimato dos pais eram preservados e recebiam crianças de qualquer cor e classe social. Essas rodas foram criadas em 1726, antes do surgimento das classes.

Assim como na Europa, o surgimento das creches no Brasil tinha como objetivo a guarda de crianças pequenas e pobres. Essas instituições não ofereciam estrutura e higiene necessária. Sobre essa visão, Kuhlmann (2010, p.78) completa:

A creche para crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrario, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças. Além disso, não se pode considerar a creche como uma iniciativa independente das escolas maternais ou jardins de infância, para as crianças de três ou quatro anos a seis anos, em suas vertentes associalistas, pois as propostas de atendimento educacional à infância de zero a seis anos tratam em conjunto das duas iniciativas, mesmo que apresentado instituições diferenciadas por idades e classes sociais.

O surgimento das primeiras instituições de atendimento às crianças, aqui no Brasil, foram fundadas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Só as classes afortunadas é que tinham acesso as instituições que eram privadas.

Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser em tempo integral; para filhos de operárias de baixa renda, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene. A educação permanecia assunto da família. Essa origem determinou a associação creche/criança pobre e o caráter assistencial (ista) da creche. (DIDONET, 2001, p.12)

O primeiro jardim de infância privado surgiu no Rio de Janeiro, em 1875, foi construído em um dos melhores bairros da cidade e atendia com exclusividade as crianças da elite. O autor Bastos (2001, p.32) diz que:

Em 1875 instala com sua esposa, D. Carlota de Meneses Vieira, um jardim de crianças no Colégio Meneses Vieira, situado na Rua dos Inválidos, nº26, em um dos melhores bairros da cidade do Rio de Janeiro, com ótimas instalações – um pavilhão hexagonal, especialmente construídos no centro do jardim, com ar e luz por quatro janelas. O jardim tem por objetivo servir uma clientela de elite, atendendo a criança do sexo masculino, de 3 a 6 anos, que se iniciam em atividades relacionadas à ginástica, à pintura, ao desenho, aos exercícios de linguagem de cálculo escrita leitura, história, geografia e religião.

As instituições de ensino infantil foram motivos de dúvidas e questionamentos em relação a sua contribuição com a educação, outros acreditavam que a mesma estimulava a aprendizagem e os avanços futuramente no país. Segundo Bastos (2001, p. 63) algumas acreditavam que:

O jardim-de-infância não tem nada com instrução, é uma instituição de caridade para menores desvalidos, que serve para que a mãe ou o pai, sendo minimamente pobres, quando vão para o trabalho, entregam seus filhos aqueles asilos, como já se faz entre nós e até na Bahia, em algumas casas dirigidas pelas irmãs de caridade. Mas aqui era preciso dar-se este nome pomposo. (Conselheiro Junqueira). Também se manifestou o professor Alberto Brandão afirmando que ‘os jardins-de-infância’, na Europa e nos países em que eles existem, tem por fim proteger as crianças pobres e dar margens a que a mulher possa auxiliar o homem nas profissões industriais. São, pois instituições de caridade e de economia social. Entre nós podem ser combatidos sob o ponto de vista moral, porquanto a mulher raramente deixa o lar para o trabalho, e não deve ser substituída, sem necessidade, no exercício de sua mais nobre missão – cuidar do filho – pela ação do Estado ou da caridade privada. O enfraquecimento dos laços de família é fato da atualidade, fato que, a nosso ver, ressalta educação nos internatos oficiais e particulares, é de temer-se, pois, que seja deletéria a ação dos jardins-de-infância arrancando do lar a criança o mais cedo ainda.

Essas polêmicas sobre cuidar e educar culminou num panorama de propostas para a educação infantil nos dias atuais. As propostas educacionais veiculam concepções explícitas sobre, crianças, educar, cuidar e aprendizagem, cujos fundamentos devem ser considerados de forma concreta. A criança é um ser social integrante de uma família, biológica ou não, e tem consigo uma visão própria de compreender o mundo a sua volta. Elas podem ter ideias ou exercer sua capacidade e compreensão de uma forma peculiar, isso dependerá do seu convívio familiar e classe social e das experiências e culturas que a mesma está submetida. O educar está relacionado à situações de cuidados, aprendizagens orientadas pelos profissionais da educação infantil e levando em consideração sua realidade social e cultural.

Dessa forma, podemos contribuir para a formação de crianças felizes e capazes de desenvolver potencialidades corporais, afetivas e cognitivas. Portanto, o cuidar na instituição da educação infantil é parte integrante da mesma, não existe criança, educação de qualidade sem o cuidado específico, seja na valorização com os aspectos biológicos do corpo, qualidade da alimentação, saúde e higiene. A valorização do desenvolvimento das capacidades são exemplos de cuidar. Sobre a aprendizagem significativa da criança, é primordial, e cabe ao professor, ter um conhecimento prévio das habilidades e níveis de desenvolvimento das

crianças, respeitando e propiciando a amplitude das mais variadas experiências que as crianças possuem.

É importante ressaltar que entre escola, creche e pré-escola existem algumas diferenças, a partir da função de cada uma, complementando que a educação infantil apresenta qualidades integradas do educar e cuidar. Rocha (1999, p.61) argumenta:

Enquanto a escola se coloca como espaço privilegiado para o domínio dos conhecimentos básicos, as instituições de educação infantil se põem, sobretudo com fins de completariedade à educação da família. Portanto enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como o objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas, através da aula; a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 a 6 anos de idade.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) foi formulado pelo MEC em 1998, esse documento tem como objetivo auxiliar nas instituições de educação infantil a realização do trabalho educativo. Apesar de suas notáveis contribuições na área da Educação Infantil, o RCNEI sofre varias críticas, Ele é um documento que serve como suporte, não traz receitas acabadas seu papel é incentivar a reflexão e interesses dos profissionais que realmente buscam uma educação de qualidade para as crianças. Beserra (2007, p.50) acrescenta:

Vale ressaltar que o Referencial, por ser um documento oficial elaborado pelo MEC, deve ser compreendido enquanto auxilio na pratica pedagógica da Educação Infantil, sendo este um elemento norteador e não limitador, tendo em vista sua relevância nas concepções que perpassam suas propostas, as quais são enfatizadas no desenvolvimento integral da criança pequena.

No que diz respeito à valorização das funções exercidas pelas instituições de educação infantil, mesmo os avanços, ampliações e melhoras nas mesmas, os retrocessos são presentes e o compromisso com uma educação de qualidade ficam às margens desse processo e o que deveria ser desenvolvido, como por exemplo, a autonomia, o desenvolvimento cognitivo, limita-se apenas em assistencialismo. É importante a formação e preparação do profissional para lidar com os desafios da educação infantil.

6. COMPARTILHANDO RELATOS

6.1. A caracterização da Creche

Apresentamos abaixo um breve histórico da Creche do CAIC, em Guarabira\PB, dados fornecidos pela gestora da instituição na qual atuamos, como estagiárias.

A Creche do CAIC (Centro de Assistência Integral a Crianças) é um projeto Federal, sendo de uso do município. Inaugurada em 1996 com a finalidade de atender as crianças e suas necessidades, o centro dispõe de escola, creche e posto de saúde. O local escolhido para a construção foi o bairro Nordeste I, onde existe uma grande carência nesses atendimentos. A creche disponibiliza no seu espaço físico de 5 salas de aula (com banheiros), 1 biblioteca (com banheiro), 1 brinquedoteca, 1 videoteca, 1 refeitório, 3 banheiros para funcionários, 1 sala para direção, 2 dormitórios, 1 lavadeira, 1 cozinha e 1 parque. O seu corpo docente é composto de 4 monitoras com magistério, 2 gestoras, 2 merendeiras, 3 auxiliares de serviços.

A maioria das crianças é carente, não só na parte financeira como também em amor, carinho e atenção.

6.2 As experiências

O objetivo deste tópico é apresentar relatos e experiências como estagiárias do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, cujo Componente Curricular Estágio Supervisionado I, oferecidos pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – em Guarabira, com a orientação da Professora Ms. Rosangela de Araújo Medeiros.

Nosso estágio teve início no dia 28 de março de 2011, na Creche Municipal do CAIC (Centro de Assistência Integral a Crianças), em Guarabira\PB, tendo como gestora Maria de Fátima, com formação no Curso de Magistério. Durante este período, fomos orientadas pela professora Rosangela de Araújo Medeiros que nos propôs realizar observações ou outras atividades que fôssemos convidados pela monitora ou que nos disponibilizássemos a fazer.

Ao chegarmos à creche, fomos recebidos pela gestora que nos surpreendeu dizendo estava faltando monitora e já havia mandado parte das crianças para casa, mesmo assim ficamos. A diretora nos levou à sala de vídeo, onde as crianças estavam assistindo a um filme, as mesmas ficaram surpresas com a nossa chegada, apresentamo-nos e fomos conversando.

Em seguida, a gestora nos conduziu juntamente com os pequenos até a sala de brinquedos. Lá eles se divertiam melhor com os brinquedos, feitos de materiais reciclados.

A gestora e a monitora, que nos acompanhou, falaram das dificuldades que enfrentavam por falta de monitoras, de brinquedos adequados a idade das crianças.

Para nós, seria quase, impossível ficarmos só na observação. Fomos logo interagindo com os pequeninos, colocando “a mão na massa”. Na hora de brincar, brincamos, na hora do banho, ajudamos, penteamos os cabelos das crianças demorou um pouco, pois só havia um pente para 16 crianças. Até piolho tiramos de uma pequena, que coçava a cabecinha, a diretora pediu que tivéssemos cuidado porque ela tinha piolho. Não nos incomodamos com sua preocupação, só queríamos ver a menina livre dos piolhos que tanto a incomodava e tiramos os que pudemos. Eles não nos fizeram mal.

Já perto do fim da tarde, hora deles irem embora, veio o jantar, pouco nutritivo, mesmo assim as crianças gostaram. Quando nos deparamos, já era hora de irmos embora, nos despedimos e teve até chorinhos.

Naquele dia saímos daquele lugar com uma boa experiência ao lado aqueles pequeninos inocentes que necessitavam não só de comida e de brincar, mas também de afeto e amor.

Assim, continuando nossa escrita sobre estas observações, podemos compreender a importância da aproximação com os pequenos, pois percebemos em vários momentos que, algumas crianças principalmente os meninos choravam ou implicavam com outros coleguinhas sem motivos aparentes. Na verdade, eles queriam de qualquer forma chamar a atenção, achavam que só eram percebidos se fizessem alguma travessura.

Para nós, estagiárias, ficou a grande responsabilidade de pensar a realidade e transformá-la com humildade e integração buscando novos meios de melhor conduzir nossa atuação nessa e em outras instituições. Como diz Broering (2008), O estágio (...) é um processo fecundo e enriquecedor e tal qual um diálogo, depende de dois lados para existir. Nessa perspectiva o apoio da instituição que recebe os estagiários é de fundamental relevância para a realização de nosso trabalho.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho surgiu das inquietações e dúvidas sobre o papel da creche na educação e desenvolvimento cognitivo e social da criança pequena. Foi a partir dos textos das autoras Luciana Ostetto (2008), Adriana de Souza Broering (2008), e da experiência como estagiárias, que surgiu o interesse de pesquisar dados e leis que tratam da história da educação infantil e suas expectativas para o exercício do desenvolvimento integral da criança.

Percebemos que a infância nem sempre despertou interesse para os poderes públicos na concretização de valores voltados para a construção de propostas educativas que atendesse as demandas e direitos das crianças. Na atualidade, a criança é percebida como cidadão de direito segundo as leis do nosso país.

Mesmo diante de tantas conquistas, pesquisas e noticiários revelam que há muito o que fazer e discutir sobre a qualidade de educação de crianças pequenas nas creches públicas, que até hoje são consideradas como “depósito” de crianças. As pré-escolas também sofrem com o retrocesso dos interesses governamentais e atravessam situações precárias na qualidade do ensino.

Essa realidade precisa com urgência ser repensada e, só então, podemos afirmar que as leis estão sendo cumpridas em prol da educação básica, que é o alicerce fundamental para uma verdadeira educação de qualidade para as crianças pequenas do nosso Brasil.

REFERÊNCIAS

AQUINO, L. As políticas sociais para a infância a partir de um olhar sobre a história da criança no Brasil. In: ROMAM, E.D.; STEYER, V.E. *A Criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um teatro multifacetado*. Ulbra, 2001.

ÁRIES, P. **História social a criança e da família**. Trad. Dora Flaksmam. 2. Ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Cinéticos, 1981.

BASTOS, M.H.C. Jardim de crianças – O pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). In: MONARCHA, C. **Educação da infância brasileira 1875 – 1983**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BESERRA, Aurília Coutinho. **A inserção das creches no sistema de ensino: conquistas, perspectivas e desafios**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado em Educação, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305p.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília. Lei 8069, de 13 de julho de 1990. Constituição e Legislação relacionada. São Paulo. Cortez.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, Brasília.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1998. Volume 1: Introdução.

BROERING, Adriana. Quando a Creche e a Universidade se encontram: história de estágio. In OSTETTO, Luciana E. (org) *Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores*. Campinas. São Paulo, 2008.

CHERVEL, A. “História das Disciplinas escolares: reflexão sobre um campo de pesquisa”. In: *Revista Teoria e Prática* n.2. Porto Alegre: UFRGS, 1990. Pp. 177-229.

CRAIDY, Carmem Maria. A educação infantil e as novas definições das legislações./n: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E. (orgs). **Educação infantil Pra que te quero?**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DIDONET, Vital. Creche o que veio... para onde vai... In: DIDONET, Vital (org). **Em aberto – Educação Infantil: a creche, um bom campo** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. V.18, n. 73, Brasília, 2001, pp. 11-27.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. SP: Ática, 1997.

KUHLMANN, Junior Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**/José Carlos Libâneo. 5. Ed. revista e ampliação – Goiânia: MF Livros, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, MirzaSeabra. **Educação Escolar: Políticas, Estruturas e Organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, I.M.R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

PENIN, Sonia T. Sousa e VIERA, Sofia Lerche. **Refletindo sobre a função social da escola**. In *gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: D P e A, 2002.

ROCHA. E.A.C. **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia**. Florianópolis: UFSC, 1999.

SNYDERS, G. **Escola, Classes e Lutas de classes**. Lisboa: Moraes, 1976.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. 3. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1999.

_____. **O Marco de ação de Dacar – Educação para Todos: Atingindo nossos compromissos coletivos**. (texto adotado pela Cúpula Mundial de Educação). Dacar, Senegal, 26 a 28 de abril de 2000. Portal da Internet:<www.açaoeducativa.org.br>